

De volta ao futuro da língua portuguesa.

Cv'u'f'q'X'UJO GNR'/'Uko r »ukq'O wpf kcrif'g'Guwf qu'f'g'N'pi vc'Rqtwi wgu

Simpósio 51 - O ensino de língua portuguesa na formação profissional, 4107-4120

ISBN 978-88-8305-127-2

DOI 10.1285/i9788883051272p4107

<http://siba-ese.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: O LUGAR DA EDUCAÇÃO LITERÁRIA

Ana Isabel de Sousa Ferreira PINTO²

RESUMO

Hoje em dia é quase inquestionável a presença da Literatura nos documentos oficiais que regulam as práticas de ensino da língua. Tanto a nível das políticas de ensino da língua quer em textos de reflexão teórica, a educação literária mantém o lugar de privilégio que sempre teve no âmbito do ensino da língua. Multiplicam-se os argumentos em prol do valor da leitura literária ainda que os paradigmas, em que o ensino da língua e da Literatura assentam, pareçam ser variados. Por outro lado, os estudos em torno da formação no âmbito da educação literária dos futuros professores de língua são recentes e escassos (Lopes, Costa, & Sampaio, 2011; Paulino, 2010), sendo por isso uma área onde há muito por explorar. Sendo assim, parece importante compreender, numa concepção de ensino da língua onde parece quase unânime a presença da Literatura como núcleo aglutinador, como é que está a ser formado, nesse contexto, o professor de Português, nas escolas que formam em Educação Básica em Portugal. Para tal, iremos centrar a nossa atenção na formação do professor de Língua Portuguesa, no que à área de Literatura e da didática da língua diz respeito, e compreender quais os saberes que a estes níveis são mais valorizados e que tipo de formação para a educação literária se promove junto dos mesmos. Visa-se, em concreto, com este estudo, compreender como é feita a formação para a educação literária nas Licenciaturas em Educação Básica, por recurso à caracterização das concepções de formação para a Educação Literária que emergem de programas de Unidades Curriculares dos cursos. Espera-se, assim, com os resultados deste estudo, construir conhecimento não só sobre o carácter potencialmente transformador que processos de formação, como o da formação para a educação literária, podem ter nas práticas e competências de alunos do Ensino Superior, bem como contribuir com dados empíricos para a caracterização, quanto à formação para a Educação Literária, da formação profissional do professor de Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Língua Portuguesa; Educação Literária

2 I.P.P., Escola Superior de Educação do Porto, Ciências da Linguagem e da Literatura, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal; anapinto@ese.ipp.pt

1. Fundamentação inicial³

Apesar da Literatura ser um dos grandes conteúdos identitários da disciplina de língua (Dionísio, 2000; Leung, 2007), o valor da educação literária no currículo escolar tem variado ao longo da história (Lomas, 2006): consoante se visava, por exemplo, até ao séc. XIX, desenvolver a capacidade de elocução, pela análise de modelos literários, pela prática da retórica ou leitura dos clássicos ou até, no século XIX e inícios do século XX, privilegiando a aquisição de um conhecimento teórico e o estudo da História da Literatura. Atualmente postulam-se objetivos relativos à criação de hábitos de leitura e à formação de leitores competentes, valorizando a experiência de leitura de cada um, fomentando os jogos criativos de leitura e o incentivo da leitura por prazer, estimulando a imaginação e a sensibilidade.

Todos estes objetivos corresponderão a diferentes orientações para a formação do futuro professor que vai ter a seu cargo a sua consecução. Na verdade, dependendo de objetivos mais “académicos”, “comunicativos”, “de desenvolvimento”, “utilitários” ou “reflexivos” (Van de Ven, 2009:9-13), os currículos de formação do futuro professor de língua que vai ter a leitura literária e a literatura como eixos estruturantes da sua atividade profissional variarão também nas disciplinas que integram, nos conteúdos que selecionam, nas pedagogias que preveem.

Neste quadro de ideias, a investigação no campo tem procurado compreender a geometria do ensino da literatura no Ensino Superior (Branco, 2003), equacionando, em simultâneo, a questão da clara definição de quem pode ser chamado de professor de literatura (Ceia, 2002; Cosson, 2013). Por outro lado, tem-se procurado mostrar a relação entre concepções de texto literário e práticas de formação, num quadro de variação entre, por exemplo, o conhecimento da periodização literária e a concepção frutiva da literatura (Carvalho; Neitzel, 2008:763), enfatizando-se distintamente um carácter mais humanizador da leitura ou um lado mais técnico e material do processo (Dionísio, 2005). Eco têm tido os estudos que realçam o papel das “faculdades de Letras e Educação” na construção de uma relação nem sempre positiva com a literatura (Andrade Júnior, 2011:85-86) e levam a repensar o papel da universidade na formação efetiva de professores, futuros mediadores de literatura bem como a continuamente

³Esta comunicação está inscrita no âmbito de um projeto de Doutoramento, em curso, fazendo, por isso, parte de um trabalho mais vasto, que de facto corresponde ao título pelo que o presente artigo corresponde a uma análise preliminar de dados.

interpelar de que forma se poderá combinar o ambiente escolar com a experiência estética (Paiva; Maciel; 2005).

O estudo que pretendemos desenvolver sobre como e com que orientações se estão a formar os futuros professores de português (a nível de valores, competências, atitudes, relativos à educação literária), por meio do qual consideramos também possível ter uma antevisão de como se pode estar a passar a formação do leitor literário na escola básica, inscreve-se num contexto em que cada vez mais se reclama “a urgência da realização de trabalhos voltados para (...) a formação de professores de literatura” (Santos, 2010:14), visando ultrapassar a reconhecida escassez de estudo neste domínio (Bernardes, 2010).

2. Objeto, objetivos e metodologia.

Apesar de todas as variações históricas, a formação de indivíduos comunicativamente competentes é objetivo consensual no ensino de uma língua (Lomas, 2003). A forma de concretizar este objetivo, independentemente da orientação mais “linguística” que possa apresentar, inclui cada vez mais a dimensão literária. Na verdade, os discursos oficiais têm vindo a reforçar que o professor de uma língua, deve ser também um professor de competência literária e, nesse sentido, deve ser um educador para a literatura. Na medida em que orientações curriculares mais “para a literatura” ou mais para a “linguística” obrigam do professor formações académicas distintas, elegemos como objetivo geral do estudo, em curso, conhecer como é que está a ser formado, no país, o professor de Português, para vir a ser formador de leitores literários.

Neste momento, especificamente, pretendemos caracterizar as concepções de formação para a educação literária que emergem dos Planos de Estudos das Licenciaturas em Educação Básica e dos programas de Unidades Curriculares de Literatura e Didática da língua, nas Licenciaturas em Educação Básica.

Para tal, este estudo preliminar, que podemos, então, considerar em intensão e em extensão, tem como Universo de análise documental 27 Instituições, das quais fazem parte vinte instituições públicas (das quais 7 são Universidades e 13 são Escola Politécnicas) e sete instituições privadas, como se pode ver no quadro que a seguir se apresenta:

Quadro 1 – Universo do estudo

Universo		
27 Instituições que formam professores em Educação Básica		
Ensino Público		Ensino Privado
7 Universidades	13 Escolas Politécnicas	7 Escolas privadas

Dentro deste Universo, e no sentido de caracterizar as concepções de formação para a educação literária que emergem de Planos de Estudo e de programas de Unidades Curriculares como Literatura e Didática da língua nas Licenciaturas em Educação Básica, procedemos à recolha dos planos de estudos das Licenciaturas e à recolha das fichas de Unidade Curricular (FUC), quer de didática da língua e da literatura quer mesmo só de literatura. Neste primeiro momento analítico estes 27 planos de estudo irão ser analisados para se caracterizar o peso relativo das diferentes Unidades Curriculares no plano de estudos. Num segundo momento, iremos centrar a nossa atenção, exclusivamente, nas Unidades Curriculares da esfera da Didática e da Literatura de modo a analisar as nomenclaturas utilizadas e a natureza dos objetivos destas Unidades Curriculares. Note-se que a opção pela análise destas duas Unidades Curriculares (Didática e Literatura) justifica-se visto que serão aquelas áreas em que os professores adquirem competências, conhecimentos, saberes reflexivos sobre a educação literária.

3. O estudo: O lugar da Educação Literária na formação do professor de Língua

3. 1. A distribuição, nos planos de Estudos das Licenciaturas em Educação Básica, das Unidades Curriculares de Literatura e de Didática

O Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro “define as condições necessárias à obtenção de habilitação profissional para a docência” (M.E., 2007:1320), bem como determina algumas marcas constitutivas da formação dos currícula destes futuros professores. Assim, ao nível das componentes da formação é dito no artigo 14º (M.E., 2007:1323 - 1324), do Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro , o seguinte:

“Os ciclos de estudos organizados nos termos e para os efeitos previstos no presente decreto-lei incluem as seguintes componentes de formação,

garantindo a sua adequada integração em função das exigências do desempenho profissional:

- a) Formação educacional geral;
- b) Didáticas específicas;
- c) Iniciação à prática profissional;
- d) Formação cultural, social e ética;
- e) Formação em metodologias de investigação educacional;
- f) Formação na área de docência.”

No presente artigo centramo-nos na análise das alíneas b) “Didáticas específica” (em particular na didática do Português) e f) “Formação na área de docência”(em especial na formação Literária), e teremos em consideração as diretrizes apresentadas no artigo 15º do presente decreto-lei (M.E., 2007:1324) no que concerne à estrutura curricular do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Educação Básica, e que é a seguinte:

“1 — O número de créditos do ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciado em Educação Básica é de 180.

2 — Os créditos a que se refere o número anterior são distribuídos pelas componentes de formação nos seguintes termos:

- a) Formação educacional geral — 15 a 20 créditos;
- b) Didáticas específicas — 15 a 20 créditos;
- c) Iniciação à prática profissional — 15 a 20 créditos;
- d) Formação na área de docência — 120 a 135 créditos.

3 — Os créditos relativos à componente de formação na área de docência são, no mínimo, os constantes dos n.ºs 1 a 4 do anexo.

4— Os créditos relativos às componentes de formação cultural, social e ética e de formação em metodologias de investigação educacional incluem-se nos créditos atribuídos às componentes a que se referem as alíneas a) a c) do n. 2.”

Assim, quando analisamos os diversos planos de estudo, verificamos que, por exemplo, o que acontece junto das Didáticas específicas e da Formação na área da docência é que a distribuição dos créditos é bastante oscilante de Instituição para instituição, encontrando-se ocorrências no que toca ao número total de créditos para as didáticas específicas, em algumas Instituições, com um total de 15 créditos e outras de 20 créditos. Em relação, concretamente, à Didática do Português, o mesmo ocorre.

Encontramos ocorrências que vão desde os 2,5 créditos para esta Unidade Curricular e 5 créditos, o que nos parece uma distância bastante significativa e poderá traduzir uma formação em didática díspar de instituição para instituição.

Em relação aos créditos relativos às componentes de formação na área da docência (FAD), e que se subdividem em Português, Matemática, Estudo do Meio e Expressões, é dito em anexo ao decreto-lei (M.E., 2007:1327) que os créditos a cumprir serão, no mínimo, os seguintes:

“30 créditos em Português.

30 créditos em Matemática.

30 créditos em Estudo do Meio (Ciências da Natureza e História e Geografia de Portugal).

30 créditos em Expressões.”

Veja-se que se verifica o estabelecimento de um mínimo, mas não um máximo, o que parece permitir às instituições um certo grau de autonomia na organização dos seus currículos (ainda que o número total de créditos da Licenciatura não possa exceder os 180 créditos). A este propósito percebemos que os planos de estudo das 27 instituições em análise não cumprem, na íntegra, as limitações mínimas de créditos estipuladas pelo decreto-lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro: há casos de menos de 30 créditos atribuídos à Língua Portuguesa em quatro Instituições (duas delas com 27 créditos em L.P. e duas outras com, apenas, 24 créditos). Podemos concluir, portanto, que há instituições que se cingem aos créditos mínimo, ou até menos, e outras avançam um pouco mais, levando os seus alunos a uma formação mais alargada.

Dentro da formação na área da docência em Língua Portuguesa, dividimos os créditos em dois sub-componentes: Linguística⁴ e Literatura⁵ e percebemos que o modo como se organizam estes créditos e a divisão por estas duas sub-componentes são variáveis já que de Instituição para Instituição encontramos ocorrências, por exemplo, no que toca ao número total de créditos para a Linguística de 6 créditos obrigatórios e outras de 25 créditos obrigatórios. Em relação à Literatura, o mesmo acontece.

4Consideramos como sub-componentes da Linguística todas as Unidades curriculares que estão ligadas à aquisição da linguagem, gramática e estruturas e funcionamento da língua, onde se veicula informação sobre a estrutura da língua, de um ponto de vista descritivo e prescritivo.

5Consideramos como sub-componentes da Literatura todas as Unidades Curriculares de Literatura, como Literatura para a Infância, Literatura Portuguesa e Unidades Curriculares de leitura e análise textual e oficinas de compreensão e análise de texto.

Encontramos ocorrências que vão desde os 5 aos 21 créditos obrigatórios, o que nos parece, igualmente, uma disparidade bastante acentuada permitindo dizer que ao nível da formação em educação literária também é bastante diferente tornar-se licenciado na Instituição A, B ou C. Note-se, ainda, a ocorrência de créditos opcionais e que são igualmente variáveis e que na Linguística vão de 0 a 6 créditos e na Literatura de 0 a 8 créditos.

Assim, de um modo geral, o número de Unidades Curriculares de cada área e os créditos de formação em Língua Portuguesa, que nos interessam para este estudo, estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2 – Número médio de créditos por área de formação

Linguística		N.º médio de U.C.	Literatura		N.º médio de U.C.	Didáctica		N.º médio de U.C.
Número médio de Créditos			Número médio de Créditos			Número médio de Créditos		
Obrigatórios	Optativos		Obrigatórios	Optativos		Obrigatórios	Optativos	
14,70	1,40	3,09	13,40	1,66	2,85	4,15	0	1
16,10			15,06			4,15		

É visível neste quadro uma tendência para a atribuição de mais créditos obrigatórios à Linguística e mais créditos optativos à Literatura. Este dado configurará uma maior importância na formação para o conhecimento sobre a língua que estes professores têm de vir a ensinar. De certo modo, este ênfase na Linguística poderá espelhar a importância atribuída à gramática no nosso sistema de ensino (Castro e Sousa, 1989:125) e que segundo Buescu (1984:9) é “o verdadeiro fundamento da erudição”.

Apesar desta maior orientação do peso para a Linguística, o número de disciplinas da Literatura e da Linguística (em média) é igual, tendo a Didáctica apenas uma Unidade Curricular.

A escassa presença da didáctica explica-se, parece-nos, pelo facto de esta licenciatura não habilitar para a docência e, por isso, ser necessário um segundo ciclo de estudos – Mestrado - para adquirir essa habilitação profissional, onde a Didáctica, então, terá um lugar de destaque. Talvez este seja o motivo, também, para algumas das Instituições utilizarem a nomenclatura “Iniciação à Didáctica da Língua Portuguesa” ou “Introdução à Didáctica”, visto que se espera a obtenção de mais créditos nesta área no 2º ciclo de estudos.

Nesta ordem de ideias, se juntarmos a informação relativa às várias áreas da Língua Portuguesa que constituem o Currículo, podemos dizer que num total de 180 créditos que uma Licenciatura em Educação Básica possui, em média, 19,61% dos créditos são destinados à formação em língua portuguesa.

3.2. As nomenclaturas das Unidades Curriculares

De seguida, no sentido de compreender um pouco mais sobre a formação em Educação Literária do futuro professor, centraremos a nossa atenção, exclusivamente, nas Unidades Curriculares de Didática e de Literatura. Note-se que enquanto que no caso da Didática, nos planos de estudo, há uma vinculação específica à área da didática, mas no caso da Literatura e da Linguística apenas é referido “formação na área da docência”, pelo que a decisão de considerar determinadas U.C. como sendo da Literatura resulta de uma análise preliminar dos seus conteúdos. Nesse sentido, encontraremos neste conjunto de Unidades Curriculares de Literatura, por exemplo, Unidades Curriculares que não contêm a palavra “Literatura”, mas contêm a palavra “Leitura”; “Literacia”, “Leitores”, “Livro” ou outras palavras ou expressões da mesma esfera semântica.

É, ainda, importante referir que, face ao número total de programas decorrentes da análise dos planos de estudo em Diário da República, foram excluídas desta análise todas as Unidades Curriculares de opção que, apesar de constarem no plano de estudos, nunca abriram (por falta de candidatos) e que por esse motivo, segundo informação mencionada pelas instituições, não será possível a disponibilização da respectiva Ficha de Unidade Curricular.

Assim, a primeira dimensão de análise, relativa às Fichas de Unidades Curriculares, dará atenção às diferentes nomenclaturas utilizadas, no sentido de dar conta, eventualmente, de novos objectos dentro da língua, bem como novas formas de olhar para a Literatura.

Deste modo, estando a educação literária “a acontecer” em “Unidades Didáticas” de Didática e de Literatura iremos começar por compreender o que as nomenclaturas destas Unidades Curriculares nos mostram. Ao observarmos as Unidades Curriculares de Didática podemos verificar que a Didática da Língua não é uma “Unidade Singular”, havendo, em algumas nomenclaturas, uma espécie de consolidação

do programa de 1991, como o quadro seguinte mostra, pela apresentação de nomenclaturas focadas, exclusivamente, por exemplo, na leitura e na escrita:

Quadro 3 – Nomenclaturas das Unidades Curriculares de Didática

Nomenclaturas	ocorrências
Didática da língua portuguesa	6
Didática do Português	5
Ateliê e didática da língua portuguesa	2
Ensino da Língua Materna	2
Introdução à Didática do Português	2
Didática da leitura e da escrita	2
Didática da língua portuguesa em/ para a educação básica	2
Aprendizagem e ensino da língua portuguesa	1
Aquisição e aprendizagem da linguagem oral e escrita	1
Didática do Português na Educação Básica	1
Didática específica do português	1
Iniciação à didática da língua Portuguesa	1
Iniciação à leitura e à escrita	1

Note-se, ainda, que destas 27 Unidades Curriculares nenhuma coabita a mesma instituição, visto tratar-se de Unidades Curriculares de diferentes Instituições (mais concretamente, uma por instituição), pelo que a referência a apenas dois domínios em algumas nomenclaturas parece mostrar o destaque que esta formação confere, nessas instituições, aos mesmos: leitura e escrita.

Por outro lado, referindo-se o Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro a “didáticas da especialidade” seria expectável que a maior parte das UC utilizasse a nomenclatura Didática, o que de facto se verifica visto que apenas 5 UC, ou seja 18,51%, não utiliza a expressão “Didática” no título. Deste modo, podemos afirmar que as nomenclatura parecem ter por base a ideia de se constituírem como “instância de mediação entre a investigação sobre a língua e a prática do seu ensino/aprendizagem” (Sequeira, Castro & Sousa, 1989:605) “onde os conhecimentos da estrutura da língua e os conhecimentos das Ciências da Educação originam uma nova ciência integrada que se traduz numa mensagem didática” (Sequeira, Castro & Sousa, 1989:610) o que pode ajudar a perceber o facto de estas UC se encontrarem maioritariamente (92,59%) no 3º e último ano da Licenciatura, e com uma maior representatividade no segundo semestre desse ano, uma vez que será necessário um *background* teórico para se tecerem. Encontramos, no entanto, duas ocorrências (7,40%) no 2º ano, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 4 – Unidades Curriculares de Didática por ano de escolaridade

Ano de escolaridade	semestre	Ocorrências	Totais por ano de escolaridade
1º ano	1º semestre	0 (0%)	0%
	2º semestre	0 (0%)	
2º ano	1º semestre	2 (7,40%)	7,40%
	2º semestre	0 (0%)	
3º ano	1º semestre	11 (40,74%)	92,59%
	2º semestre	14 (51,85%)	

que

apresentam o prefixo “iniciação” e “introdução” dando a ideia de que serão sucedidas de, pelo menos, outra unidade curricular da área da didática, o que não acontece (pelo menos não neste ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciatura em Educação Básica).

Dentro das Unidades Curriculares de Literatura, estando a Educação Literária a ocorrer também neste grupo, verificamos que as nomenclaturas variam, igualmente, como podemos observar no quadro seguinte, sendo a nomenclatura modal a “Literatura para a Infância e a juventude”:

Quadro 5 – Nomenclaturas das Unidades Curriculares de Literatura

Nomenclatura	ocorrência
Literatura para a Infância e a Juventude ⁶	26
Língua e Literatura Portuguesa	14
Introdução. aos Estudos Lit. / Estudos Literários /	4
Introdução à Educação Literária	1
Leitura e escrita /Iniciação à leitura e escrita/Seminário de leitura e escrita	3
Introdução à Literatura Comparada	2
Literacia e Formação de Leitores/ Literacia e Mediação leitora	3
Português I Ve V	2
Aquisição/ aprendizagem da leitura e da escrita	2
Oficina de escrita / Oficina de escrita criativa	2
Animação de Histórias	1
Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas	1
Património literário Oral	1
Técnicas de expressão escrita e de análise textual	1
Teoria da Literatura em educação	1
Teorias e práticas de análise textual	1

⁶ Neste agrupamento vamos ter várias sub-nomenclaturas, desde que nitidamente o objeto explicitado seja o da literatura para a infância e a juventude, fazendo, por isso, parte deste grupo nomenclaturas como “Literaturas Infantil”, “Literatura infanto-juvenil”, entre outras.

Assim, desde uma versão mais tradicional e clássica de organização do currículo, que é a das Literaturas numeradas (Português IV, Português V), que corresponde a uma organização histórica da Literatura, temos a emergência de objetos muito específicos de Literatura para a infância. Ao todo, temos 26 Unidades Curriculares (39,39%) que tomam como seus objetos a questão da infância, dos seus destinatários e dos seus objetos para determinados destinatários. Não significa que as restantes não tomem, mas estas fazem-no explicitamente. Este valor é ainda realçado pelo facto de todas as Instituições em análise (27) terem uma Unidade Curricular direcionada para a Literatura para a Infância (tendo uma delas até duas UC) e nem sempre terem uma segunda UC da área da Literatura destinada à Literatura não Infantil. Note-se, ainda, a emergência de Unidades Curriculares como “Escrita Criativa”; “Animação de histórias”; “Literacia e Mediação Leitora” que mostram uma certa abertura do objeto Literatura.

Em suma, esta visão parece mostrar uma abertura dos Currícula à evolução da Pedagogia e da Educação o que parece ir ao encontro das palavras de Sequeira, Castro & Sousa (1989:610) mostrando uma distanciação das “estruturas curriculares rígidas e estanques, situa[ndo-se numa] posição dinâmica de evolução da língua, da sociedade, da cultura e da ideologia política e burocrática sobre a qual assenta o sistema educativo”.

3.3 Os objetivos das diferentes áreas da formação (Didática e Literatura) segundo as Fichas das Unidade Curriculares (FUC)

Quase a terminar, iremos, ainda, dar conta, dentro das Fichas de Unidades Curriculares, dos aspetos que contribuem para a Educação Literária do futuro docente. Assim, começamos por verificar que todas as Fichas das Unidades Curriculares, quer da Didática, quer da Literatura (e que por isso contribuem para a formação em educação literária do futuro professor) se encontram organizadas em cinco *itens*: “Objetivos/Competências/ Resultados de aprendizagem”; “Conteúdos Programáticos”; “Metodologias de Ensino”; “métodos de avaliação” e “Bibliografia recomendada”.

Neste estudo, em curso, daremos conta de todos estes itens, mas, neste artigo, aludiremos, apenas, ao primeiro *item* “Objetivos /Competências/ Resultados de aprendizagem”, sendo importante referir que em cada instituição a formulação deste

elemento, nas diferentes FUC, varia, pelo que ora aparece com o título “objetivos”/ “competências a alcançar” / “Resultados de aprendizagem”. Aqui, agruparemos estes *itens* num único conjunto a que chamaremos, para facilitar o processo de análise, de “Objetivos” do ensino-aprendizagem.

Apesar de sabermos que para a educação literária do docente concorrem dois grupos de disciplinas (didática e literatura), ainda que na didática essa formação seja mais diluída, a análise que aqui faremos, relativa aos objetivos, dará conta de todos os objetivos (referidos nessas duas disciplinas), sem distinção, que contribuem para essa formação, independentemente de se inserir numa área ou em outra.

Assim, para realizarmos a presente análise começamos por reunir os diversos objetivos alusivos à formação em educação literária pelos respetivos verbos ou sintagmas e concluímos que predominam objetivos que têm como primeira preocupação conhecer, compreender, dominar e mobilizar conhecimentos, seguidos de objetivos que estão relacionados com a análise de materiais e com a sustentação de escolhas pedagógicas. Uma visão que parece valorizar em primeiro lugar o “saber” face ao “saber-fazer”.

Num segundo momento, organizamos os objetivos pelas seguintes categorias - Conhecimentos, Competências e atitudes - e chegamos aos dados que o quadro seguinte mostra:

Quadro 6 – Os objetivos da formação em Educação Literária

	Conhecimentos	Competências	Atitudes
Objetivos	274 (63,57%)	144 (33,41%)	13 (3,01%)

Pela sua observação do mesmo, podemos compreender que encontramos objetivos que apontam para o que se destaca, na formação para a educação literária do docente, é a aquisição/desenvolvimento de conhecimentos, em primeiro lugar, ou seja, os saberes declarativos parecem ocupar o lugar principal na formação para a educação Literária, inscrevendo-se assim em objetivos mais académicos (Van de Ven, 2009).

Conclui-se, portanto, que a orientação dos objetivos da formação em educação literária toma o sujeito, mais, como futuro professor e por isso predominam os objetivos mais voltados para adquirir/ aplicar/ mobilizar conhecimentos. Há, ainda, um espaço significativo de objetivos mais processuais, centrados na aquisição de competências a transmitir mais tarde, e espaço para que ele próprio (em formação) esteja a ser sujeito do

próprio processo. Ou seja, orientações que permitem perceber que apesar de serem disciplinas cuja “missão principal” será a de dotar os alunos de “saberes” e “saberes-fazer” elas próprias assumem um papel no desenvolvimento pessoal de educação, de participar na formação do leitor, ou seja, na sua educação literárias, pelo que não apenas tomam o sujeito como mediador de algo, mas ele próprio está a ser formado naquele objetivo: ser leitor que é o que ele vai ter de fazer com os futuros alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade Júnior, A. F. 2011. Letramento literário e formação de professores de língua. *Entreletras: Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT*, n.º 3, p. 79 – 90.

Bernardes, J.A. 2010. *Cultura Literária e formação de professores. Separata do colóquio de didática da língua e Literatura*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Branco, A. 2003. A investigação em Didáctica da Literatura e os caminhos do andarilho. In: C. de Mello (ed.). *Didáctica das línguas e das literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento*. Actas do I Encontro Nacional da SSPDLL. Coimbra: Pé de Página Editores/S.P.D.L.L, p. 27 – 32.

Buescu, M. L. 1984. *A Língua Portuguesa, espaço de comunicação*. Lisboa: ILPC.

Carvalho, C. & Neitzel, A. de A. 2008. *A Literatura na formação de professores. Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba, Brasil. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/338_230.pdf; acedido em março 2013.

Castro, R. V & Sousa, M. de L. 1989. *A gramática no ensino do Português: estatuto e funções*. In: Sequeira, F, Castro, R.V. & Sousa, M de L. (org.). *O Ensino-aprendizagem do Português*. Braga: Universidade do Minho : Centro de Estudos Educacionais e Desenvolvimento Comunitário.

Ceia, C. 2002. *O que é ser professor de Literatura*. Lisboa: Colibri.

Cosson, R. 2013. A formação do professor de Literatura – Uma reflexão Interessada. In: A. S. Pinheiro & F. B. Ramos (orgs). *Literatura e formação continuada de professores: desafios da prática educativa* Campinas: Mercado de Letras, p. 11-26.

Dionísio, M. L. 2000. *A construção escolar de comunidades de leitores*. Coimbra: Almedina.

Dionísio, M. L. 2005. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção de um leitor cosmopolita. In: A. Paiva; A. A. Martins; G. Paulino; Z.

- Versiani (Orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: CEALE, Autêntica, p. 71-84.
- Leung, Y. 2007. *Literature learning and task design in Hong Kong Chinese language text-books*. *L1 – Educational Studies in Language and Literature*, 7 (1), p. 53-70.
- Lomas, C. (org.) 2003. *O valor das palavras (I): Falar, ler e escrever nas aulas*. Porto: Edições ASA.
- Lomas, C. (org.) 2006. *O valor das palavras (II): Gramática, literatura e cultura de massas na aula*. Porto: Edições ASA.
- Lopes, L. C. V.; Costa, M. E; & Sampaio, M. L. 2011. Letramento literário e formação do professor: o ensino de literatura no meio universitário. *Entreletras: Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – nº 3*, p. 63-80.
- Ministério da Educação 2007. *Decreto-Lei n.º 43/2007*. Diário da República, 1.a série — N.º 38 — 22 de Fevereiro de 2007.
- Paiva, A. & Maciel, F. 2005. Discursos da Paixão: A Leitura Literária no processo de formação do professor das séries iniciais. In A. Paiva, A. Martins, G. Paulino & Z. Versiani (orgs.). *Leituras Literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Autêntica editora/CEALE, p.11 – 125.
- Paulino, G. 2004. Deslocamentos e configurações do letramento literário na escola. *Scripta*, v. 7, n.14, Belo horizonte, p. 67-78.
- Santos, R. 2010. *Formação de Professores de Língua Portuguesa para o trabalho com a leitura literária no ensino médio: um objeto de pesquisa a ser explorado*. Minas Gerais: FAE/UFMG.
- Sequeira, F., Castro, R.V. & Sousa, M.L. 1989. Da importância de uma área de Metodologia da Língua nos cursos de Formação de Professores. AAVV. Actas do congresso sobre investigação e educação do português. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Van de Ven, P.-H. 2009. Paradigmas do ensino da língua materna. In Duarte, R. (coord.). *Língua de escolarização: Estudo comparativo*. Lisboa: Ministério da Educação, p. 7-14.